

De acordo com regulamentos de proteção de dados, somos obrigados a lhe informar sobre o processamento de seus dados pessoais no âmbito de sua relação de trabalho / processo seletivo:

Responsável pelo processamento de dados que ocorrer em virtude de relação de trabalho / processo seletivo é:

Weishaupt do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

Av. Visconde de Indaiatuba, 1801

13338-010 – Indaiatuba – SP

Brasil

diretoria@weishaupt.com.br

Para todas as questões relativas à proteção de dados, você pode, a qualquer momento, entrar em contato com o responsável em nossa matriz por proteção de dados, através do e-mail: datenschutzbeauftragter@weishaupt.de

Finalidades, para as quais os dados pessoais devem ser processados

Finalidades, para as quais dados pessoais podem ser processados são principalmente:

- finalidade de realização de processo seletivo;
- cumprimento do contrato de trabalho, inclusive cumprimento de obrigações legais e de direito coletivo;
- finalidades de gerenciamento, de otimização de processos e de organização do trabalho;
- planejamento econômico e de pessoal;
- preparação de decisões de pessoal e demais decisões da empresa;
- segurança de comprovantes para disputas judiciais e extrajudiciais, assim como para auditorias de contas, fiscal, de seguro social dentre outras;
- controle de segurança, de qualidade, de comportamento e capacidade;
- garantia de saúde, igualdade e segurança no local de trabalho;
- proteção da propriedade e demais direitos do empregador ou de clientes e parceiros comerciais;
- término da relação de emprego, assim como uso dos direitos dos empregados.

Fundamento jurídico para o processamento de dados pessoais

A coleta e processamento de seus dados pessoais ocorre exclusivamente no âmbito dos regulamentos de proteção de dados. Seus dados pessoais somente podem ser processados de acordo com a lei de proteção de dados vigente, se uma lei expressamente autorize ou regulamente, se você tiver efetivamente consentido ou se isto for exigido para o fundamento, a execução ou a finalização de uma relação de emprego. Isso também se aplica na medida em que o processamento de dados seja necessário para proteger interesses legítimos do órgão competente para outros fins que não a relação de emprego e não exista motivo para supor que seu interesse legítimo como parte atingida prevalece à exclusão do processamento ou utilização. Isso se aplica principalmente na investigação de infrações ou dentro do grupo empresarial para finalidades de gestão do grupo, de comunicação interna e demais finalidades de administração (como p.ex. na transmissão de dados dos funcionários à empresa matriz).

Responsáveis, que são partes de um grupo de empresas, designados a uma central, podem ter interesse legal em transmitir dados pessoais dentro do grupo de empresas para finalidades de administração interna, inclusive processamento de dados pessoais de funcionários.

Também podem ser transmitidos dados pessoais a repartições e tribunais competentes, bem como a advogados, auditores, consultores fiscais, consultores de negócios e prestadores de serviços com especial relação de confiança, igualmente obrigados a manter sigilo. A eventual transmissão de seus dados pessoais a terceiros ocorre, em qualquer caso, na medida que isso for necessário para alcançar as finalidades de uso especificadas.

Além disso, os empregadores geralmente têm obrigações legais, particularmente na área de direito tributário e previdenciário, para as quais os dados pessoais devem ser processados de maneira justificada.

Por fim, processamos seus dados pessoais, caso você nos tenha concedido o consentimento. Você pode, a qualquer momento, revogar um consentimento dado. A legitimidade do processamento baseado em seu consentimento não será afetada até uma revogação.

Categorias especiais de dados pessoais de acordo com a Lei de Proteção de Dados (principalmente dados de saúde) são processados igualmente somente para exercício de direitos e cumprimento de obrigações do direito trabalhista, assim como direito previdenciário (p.ex. informações de dados de saúde perante o Seguro Social, registro de uma incapacidade grave, devido ao afastamento, determinação da contribuição da pessoa gravemente incapacitada etc.).

Categorias de destinatários de dados pessoais

Pessoas e órgãos que recebem dados pessoais são somente aqueles (p.ex. departamento, conselho, representação de pessoa com incapacidade grave), que necessitem destes para cumprimento de nossas obrigações contratuais e legais. Dentro do grupo empresarial seus dados são transmitidos a determinadas empresas, se a responsabilidade pelo processamento de dados para empresa ligada ao grupo for executada de maneira central (p.ex. comprovante de pagamento). Além disso, podemos transmitir seus dados pessoais a outros destinatários fora da empresa, desde que isso for exigido para cumprimento de obrigações contratuais e legais, podendo ser, por exemplo:

- repartições e instituições públicas (p.ex. seguradoras de pensão, instituições de pensão de associações profissionais, instituições de seguro social, autoridades fiscais, tribunais);
- banco do funcionário;
- postos de atendimento do Seguro Social;
- repartições, para garantia de reivindicações do plano de pensão da empresa;
- repartições, para possibilitar o pagamento de regimes de poupança da empresa;
- devedor de terceiros em caso de penhora de salários;
- administrador de insolvências em caso de falência pessoal.

Também utilizamos para cumprimento de obrigações contratuais e legais, em parte, de diferentes prestadores de serviços.

Duração do armazenamento de dados

Quando necessário, processamos e armazenamos seus dados pessoais pelo período de duração de nossa relação comercial. Isso abrange também a elaboração de um contrato. Após finalização da relação contratual, armazenamos seus dados pessoais até que sejamos legalmente obrigados. Tais obrigações de documentação e retenção decorrem, por exemplo, de legislações nacionais. Os prazos ali determinados para documentação respectivamente para retenção de dados pessoais precisam ocorrer até o final de uma relação comercial com o cliente. Em razão disso, pode ser exigido armazenar dados pessoais pelo tempo de vida e até mesmo mais. Por fim, o período de armazenamento de dados pessoais também é avaliado de acordo com os prazos legais de prescrição.

Subcontratação

Para o cumprimento de deveres provenientes da relação de trabalho utilizamos subcontratantes. Todos os subcontratantes ficam obrigados através de garantias contratuais detalhadas, a garantir a proteção de seus dados pessoais com medidas técnicas e organizacionais. Estes são, entre outros, empresas na categoria de comprovantes de pagamentos, serviços de pessoal, serviços de impressão, telecomunicações (por exemplo, telefones celulares da empresa), serviços de TI, serviços financeiros (por exemplo, gerenciamento de patrimônio), assessoria e consultoria.

Transmissão de dados

A transmissão de dados pessoais a um outro país ou a uma organização internacional somente acontece:

- desde que isso seja necessário para cumprimento de nossas obrigações contratuais de trabalho ou você nos tenha concedido seu consentimento após ter sido informado de eventuais riscos de tal transferência.

Automatização de tomada de decisão em caso isolado

Para execução da relação de emprego não utilizamos tomada de decisão totalmente automatizada.

Direitos como pessoa atingida

Qualquer pessoa atingida tem direito à informação, à retificação, à exclusão, à limitação de processamento, assim como direito à transmissibilidade de acordo com os regulamentos de proteção de dados. No direito à informação e exclusão aplicam-se as limitações conforme a Lei de Proteção de Dados. Você tem o direito de apresentar uma reclamação junto a uma autoridade supervisora se o processamento de seus dados pessoais violar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados.

Autoridade supervisora competente

A autoridade local responsável pela proteção de dados e liberdade de informação é:
Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão federal.